



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

# 2º SIMULADO

## INÉDITO PROGRESSIVO



# 2º Simulado Progressivo

Regulares para Delegado de Polícia – 13/03/21

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos para Delegado;
- 2 – A prova contém 100 questões que abordam conhecimentos cobrados nos editais de concursos da área;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil de provas anteriores, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Regulares-Delegado-13-03>**

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E  |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E  |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E  |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E  |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E  |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E  |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E  |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E  |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E  |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E  |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E  |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E  |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E  |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E  |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E  |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E  |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E  |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E  |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E  |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

**01.** Considere as normas da Constituição Federal sobre a liberdade de associação profissional ou sindical e assinale a alternativa correta.

- a) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, embora deva ser feito o registro no órgão competente, sendo ainda vedado ao Poder Público a intervenção na organização sindical.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, mas apenas em questões judiciais.
- d) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que corresponderá à área de um Município.
- e) A assembleia geral fixará a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical, que será descontada em folha de todos os trabalhadores, independentemente da condição de sindicalizado.

**02.** Dentre os direitos sociais abaixo, indique a alternativa que contém aquele que não foi estendido pela Constituição Federal, expressamente, ao trabalhador doméstico:

- a) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- b) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- c) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- d) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- e) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

**03.** João, Maria e seus dois filhos são venezuelanos e residem no Brasil, clandestinamente, há dois anos ininterruptos. Os filhos do casal estão em idade escolar. João foi contaminado pelo COVID-19 e precisa de atendimento médico. Maria trabalha em condição irregular em fábrica de laticínios. Sobre a história narrada, à luz da Constituição Federal, indique a única alternativa correta.

- a) João, por ser estrangeiro em condição irregular no Brasil, não tem o direito de ser atendido gratuitamente em hospital público, uma vez que os direitos sociais são extensíveis apenas aos brasileiros e aos estrangeiros que residem legalmente no Brasil.
- b) Maria, embora estrangeira em condição irregular no Brasil, tem o direito de usufruir dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, dentre os quais o direito ao salário mínimo definido por lei, férias, um repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada máxima diária de trabalho de oito horas e semanal de 44 horas.
- c) Os filhos de João, por serem estrangeiros e não possuírem a documentação necessária, não poderão ser matriculados em escola pública.
- d) João poderia ser extraditado do Brasil, na hipótese de ter cometido crime na Venezuela, ainda que a acusação no Estado estrangeiro seja a de crime de opinião.
- e) Maria, embora exerça no Brasil atividade laboral, por ser estrangeira, não pode ser integrada à previdência social.

**04.** A respeito dos direitos políticos e dos direitos de nacionalidade, indique a alternativa correta.

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) Aos estrangeiros originários de países de língua portuguesa que tenham residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.

c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá a nacionalidade brasileira.

d) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos; os maiores de sessenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

e) Apenas o militar com mais de dez anos de serviço é elegível.

**05.** João é prefeito do Rio de Janeiro, no exercício de seu primeiro mandato. Maria é esposa de João e não possui mandato eletivo. Pedro, neto de João, é vereador do Rio de Janeiro, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. A respeito da história narrada, indique a alternativa correta.

a) João, nas próximas eleições, só poderá concorrer a prefeito do Rio de Janeiro se renunciar ao seu mandato com pelo menos seis meses de antecedência das eleições.

b) Pedro é inelegível prefeito do Rio de Janeiro/RJ, em razão do parentesco com João, mas poderá concorrer a prefeito de Petrópolis/RJ, caso preencha os demais requisitos legais, como por exemplo, o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretende se candidatar.

c) Maria é inelegível a qualquer cargo dentro do estado do Rio de Janeiro.

d) Maria poderá concorrer ao cargo de vereadora do Rio de Janeiro, mas não poderá concorrer ao cargo de prefeita da mesma localidade, uma vez que seu esposo é o prefeito, salvo se este renunciar ao seu mandato com mais de seis meses de antecedência das eleições.

e) Pedro é elegível prefeito do Rio de Janeiro, uma vez que o grau de parentesco com João não está alcançado pela inelegibilidade estabelecida pela Constituição Federal.

**06.** A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

a) dos Estados, mediante lei complementar.

b) da União, por lei complementar.

c) do Município, mediante lei.

d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.

e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

**07.** A respeito da organização político-administrativa do Estado, aponte a alternativa correta.

a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.

b) As terras devolutas são bens da União.

c) A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.

d) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado.

e) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

**08.** A respeito da repartição de competência legislativa, aponte a alternativa em que consta o assunto sobre o qual os Estados só poderão legislar sobre partes específicas e se houver lei complementar federal que autorize.

a) naturalização.

b) orçamento.

c) juntas comerciais.

d) ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

e) custas dos serviços forenses.

**09.** A respeito dos Municípios, indique a única alternativa incorreta.

a) O Município é autônomo e se organiza por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

b) O Município de Santo André tem 572 mil eleitores e elegerá, em 2020, Prefeito e Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo. Conforme definição constitucional, na eleição do Prefeito, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, haverá segundo turno de votação.

c) Nenhum Município brasileiro poderá eleger menos do que nove e nem mais do que cinquenta e cinco vereadores.

d) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

e) Diferente do que ocorre nos Estados e no distrito Federal, a Constituição Federal veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

**10.** No que se refere à organização do Estado, assinale a opção correta.

a) As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.

b) A Constituição Federal não admite a intervenção de um ente federativo na autonomia de outro, salvo nas hipóteses descritas em seu próprio texto. A intervenção federal nos estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de

representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.

c) A competência dos municípios, diferente do que ocorre com estados e Distrito Federal, não está expressa Na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual. Assim, compete aos municípios o que não for competência da União e nem dos Estados.

d) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.

e) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**11.** No que se refere aos poderes administrativos, em especial, ao poder de polícia, assinale a alternativa correta, de acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores

a) O STF tem entendimento pacificado no sentido de que é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito quando se trate de imposição de sanções administrativas.

b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

c) O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não detém competência para a fiscalização do trânsito nas rodovias e estradas federais, não podendo aplicar, em consequência, penalidade por infração ao Código de Trânsito Brasileiro.

d) Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade, que permite a Administração Pública, com seus próprios meios, executar seus atos e

**2º Simulado Progressivo – Regulares para Delegado – 13/03/21**

decisões, sem precisar de prévia autorização judicial. Assim, a autoexecutoriedade retira da Administração Pública a possibilidade de valer-se de decisão judicial que lhe assegure a providência fática que almeja, já que as medidas tomadas pelo Poder Público no exercício do poder de polícia são sempre suficientes.

e) Sobre o prazo prescricional da sanção de polícia, é pacífico o entendimento de que Estados e Municípios aplicarão sempre o prazo de 05 anos, previsto no Decreto 20.910/32.

**12.** João obtém na Prefeitura do Município “X” permissão de uso a título precário e por tempo determinado, durante a realização da Festa Junina da cidade, de espaço delimitado, situado na Praça Central, para venda dos famosos milhos verdes, produzidos em sua fazenda, situada no Município. A permissão foi assinada pelo Prefeito, nos termos do Decreto Municipal, que dispôs sobre os critérios para utilização do espaço durante o evento e está aguardando publicação.

Este ato administrativo é

- a) perfeito, válido e eficaz.
- b) perfeito, válido e ineficaz.
- c) perfeito, inválido e ineficaz.
- d) imperfeito, inválido e ineficaz.
- e) imperfeito, válido e ineficaz.

**13.** Em relação às Agências Reguladoras, responda

- a) O STF entende pela constitucionalidade dos regulamentos editados por agência reguladora que proibiam a fabricação, importação e comercialização, no país, de determinados produtos, ainda que essa proibição não esteja especificamente prevista em lei.
- b) Uma característica das agências reguladoras é a estabilidade reforçada dos dirigentes, porém, sendo possível a exoneração ad nutum.
- c) A Constituição Federal contempla as Agências Reguladoras como autarquias de regime especial.

d) As Agências Reguladoras são dotadas de personalidade jurídica de direito privado e devem executar função administrativa de caráter normativo.

e) As agências reguladoras são as únicas entidades da Administração Pública competentes para regular a atividade econômica.

**14.** Assinale a alternativa correta a respeito das entidades paraestatais:

a) Os serviços sociais autônomos são imunes aos impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços.

b) Serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fim econômico, criadas por lei para desempenhar certas atividades, integrando a administração pública indireta.

c) Por integrarem a estrutura administrativa, as entidades do terceiro setor estão sujeitas à regulação financeira efetivada pelo Tribunal de Contas, além de se submeterem aos princípios básicos que norteiam a atuação administrativa.

d) Organização Social é uma qualificação jurídica dada pelo Poder Público a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criadas para absorver atividades exclusivas de Estado.

e) A aplicação de recursos públicos pelas Organizações Sociais não se submete ao controle do Ministério Público.

**15.** As organizações sociais tem como característica, exceto

a) o ato de qualificação é discricionário.

b) para receberem a qualificação, devem ser constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos.

c) o ato de qualificação é realizado pelo Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao objeto social.

d) é a única entidade privada que celebra contrato de gestão com o Poder Público.

e) é possível a contratação dos serviços prestados pelas OS's por meio de dispensa de licitação.

**16.** Assinale a alternativa correta a respeito das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

a) As OSCIPs podem ser contratadas pelo Poder Público com dispensa de licitação, independentemente do objeto a ser executado.

b) É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

c) A outorga do título de OSCIP é ato administrativo vinculado realizado pelo Ministro Supervisor da área de atividade correspondente ao objeto social da entidade privada.

d) A entidade que deixar de preencher os requisitos necessários à sua qualificação como OSCIP será, imediata e automaticamente, descredenciada.

e) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 02 (dois) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos estabelecidos por lei.

**17.** Acerca dos atributos dos atos administrativos, é incorreto afirmar que

a) Todo ato administrativo goza de autoexecutoriedade.

b) Os atos administrativos que impõem obrigações aos administrados são dotados de imperatividade, não dependendo da concordância de terceiros.

c) O atributo da presunção de legitimidade significa que o ato administrativo é considerado válido até que se prove o contrário.

d) A tipicidade proíbe a administração pública de praticar atos atípicos ou inominados.

e) A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

**18.** No que diz respeito as agências reguladoras e executivas, assinale a alternativa correta

a) As agências reguladoras são autarquias especiais, integrantes da administração direta, vinculadas ao Ministério competente, mas possuem independência política, autonomia administrativa e financeira.

b) O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva apenas as autarquias que cumpram os requisitos legais.

c) A Constituição Federal contempla as Agências Executivas como autarquias de regime especial.

d) A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

e) A qualificação como Agência Executiva será feita por ato do competente Ministro Supervisor.

**19.** Sobre os atos administrativos, suas modalidades de extinção e a possibilidade de convalidação, assinale a alternativa correta

a) A anulação dos atos administrativos gera efeito *ex tunc*, permanecendo válidas todas as situações ocorridas antes da anulação.

b) Nem todo ato administrativo é passível de revogação, a exemplo dos atos vinculados.

c) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis serão aproveitados pela Administração, mesmo que tenham causado prejuízo a particulares.

d) A revogação dos atos administrativos pode ser realizada pelas instâncias administrativa, controladora e judicial, desde que respeitados os direitos adquiridos.

e) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados.

**20.** No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

a) O poder hierárquico pode se manifestar tanto dentro de uma mesma pessoa jurídica, como entre pessoas jurídicas distintas.

b) Aplicação de multa a sociedade empresária em razão de descumprimento de contrato administrativo celebrado por dispensa de licitação constitui manifestação do poder disciplinar.

c) A penalidade de multa imposta ao particular por estacionar em local proibido é expressão do poder disciplinar.

d) O poder disciplinar é aquele que a Administração Pública utiliza para restringir a propriedade dos particulares e lhes aplicar sanções em prol do interesse público.

e) O exercício do poder de polícia será sempre preventivo.

## **DIREITO PENAL**

Ivo Martins

**21.** Após a leitura dos enunciados abaixo, assinale a alternativa incorreta:

a) A teoria finalista, no conceito analítico de crime, o define como um fato típico e antijurídico, sendo a culpabilidade pressuposto da pena.

b) A teoria clássica, no conceito analítico de crime, o define como um fato típico e ilícito, a culpabilidade não é elemento do crime.

c) A teoria clássica entende que a culpabilidade consiste em um vínculo subjetivo que liga a ação ao resultado, ou seja, no dolo ou na culpa em sentido estrito.

d) A teoria finalista entende que, por ser o delito uma conduta humana e voluntária que tem sempre uma finalidade, o dolo e a culpa são abrangidos pela conduta.

e) A teoria finalista entende que pode existir crime sem que haja culpabilidade, isto é, censurabilidade ou reprovabilidade da conduta, inexistindo, portanto, a condição indispensável à imposição de pena.

**22.** O Direito Penal brasileiro sofreu a reforma de 1984 da Parte Geral do Código Penal, especialmente no que diz respeito ao conceito de crime, segundo a doutrina brasileira, ele aderiu à escola finalista. Quem é considerado o criador de tal sistema jurídico-penal?

a) Hans Welzel.

b) Claus Roxin.

c) Von Liszt.

d) Günther Jakobs.

e) Cesare Beccaria.

**23.** Com o desenvolvimento do Direito Penal, criou-se o conceito de bem jurídico, que trata-se do objeto que o Direito Penal deve tutelar. A afirmação de que o Direito Penal não compõe um sistema extenso de proteção de bens jurídicos, que abrange todos os bens que constituem o universo de bens do indivíduo, mas representa um sistema fracionado e seletivo de ilícitos através da necessidade de criminalizá-los ante a indispensabilidade da proteção jurídico-penal, amolda-se, mais exatamente,

a) ao conceito fechado de reserva legal aplicado ao significado de taxatividade da descrição dos modelos incriminadores.

b) descreve o princípio da fragmentariedade do Direito Penal que é corolário do princípio da intervenção mínima e da reserva legal.

c) descreve o princípio da culpabilidade como fenômeno social.

d) ao conteúdo jurídico do princípio de dignidade humana relacionado ao conceito de Justiça distributiva.

e) descreve o princípio da insignificância em sua relativização na busca de mínima proporcionalidade entre gravidade da conduta e cominação de sanção.

**24.** Com a entrada da Lei nº 8.072/1990, a vedação absoluta de progressão de regime prisional passou a ser pauta frequente em debate tanto na academia quanto na jurisprudência. Importantes figuras na doutrina desde logo afastaram o regime integralmente fechado. Mas o Pleno do STF, então, em dois julgados antológicos, afastou singularmente da inconstitucionalidade nos HC 69.603/SP e HC 69.657/SP, posicionamento que se irradiou para as outras Cortes e, desse modo, dirigiu a jurisprudência do país por mais de 13 anos. Somente em 2006 o STF rediscutiu a matéria, agora para dizer inconstitucional aquela vedação no HC 82.959-7/SP. A histórica reversão da jurisprudência, afinal, fez com que se reparasse o sistema penal formalmente. Editou-se então, a Lei nº 11.464/2007 que, admitia a progressividade na execução correspondente. Todo esse demorado debate assentou especialmente em um princípio de direito penal que, atualmente estrutura o direito brasileiro no tópico respectivo. Trata-se do princípio da:

- a) pessoalidade do acusado.
- b) legalidade estrita.
- c) proporcionalidade.
- d) individualização da pena.
- e) culpabilidade.

**25.** Considerando caso hipotético onde o agente Marcos mata alguém, por imprudência, negligência ou imperícia, dirigindo seu veículo automotor, comete o crime previsto no art. 302, do CTB, e não o crime previsto no art. 121, § 3.º, do CP. Assinale, a alternativa que está de acordo com o princípio aplicado no conflito apresentado:

a) Princípio da consunção.

b) Princípio da alternatividade.

c) Princípio da especialidade.

d) Princípio da legalidade.

e) Princípio da subsidiariedade.

**26.** O princípio de intervenção mínima do Direito Penal encontra expressão:

a) na seleção de bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal e ainda quando outros ramos do Direito não conseguem proteger o bem jurídico ofendido, restando ao Direito Penal como *ultima ratio*.

b) na teoria da imputação objetiva e no princípio da fragmentariedade.

c) na seleção de bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal e na proposta funcionalista.

d) na teoria da imputação objetiva e no princípio da subsidiariedade.

e) no princípio da subsidiariedade e na proposta funcionalista.

**27.** Frank, cidadão americano residente na Califórnia, onde o uso medicinal de Cannabis é permitido, vem ao Brasil para passar uma temporada para aprimorar seus estudos em São Paulo e traz em sua mala uma pequena quantidade da substância, conforme sua receita médica. Ao ser revistado no aeroporto é preso pelo delito de tráfico internacional de drogas. Frank sabe que o uso de Cannabis no Brasil é proibido, mas acredita que pelo fato de ser de uso medicinal, não estava cometendo nenhuma infração. Neste caso, considerando-se que seja possível a não imputação do crime, seria possível alegar erro de

a) tipo.

b) tipo permissivo.

c) proibição direto.

d) proibição indireto.

e) subsunção.

**28.** Com a desclassificação da equipe Honda no torneio de corrida nacional, o presidente da equipe demite o piloto que perdeu a última corrida da competição. Inconformado com a decisão, o piloto decide matar o mandatário. Para tanto, aproveitando o evento no dia de sua demissão, coloca uma bomba no carro do presidente que estava estacionado nas imediações da competição. O piloto sabe que o motorista particular do presidente será fatalmente atingido e tem a consciência que não pode evitar que torcedores ou funcionários da equipe, próximos ao veículo, venham a falecer com a explosão do dispositivo. Como ele não se importa com a vida dos demais, o dispositivo explode e, lamentavelmente, além das mortes dos dois ocupantes do veículo, dez torcedores e um funcionário morrem. A partir da leitura desse caso, é correto afirmar que o indiciamento do piloto pelos crimes de homicídio sucederá

a) por dolo direto de primeiro grau em relação ao presidente e ao motorista.

b) por dolo eventual em relação ao motorista; aos torcedores e ao funcionário.

c) por dolo direto de segundo grau em relação ao presidente e ao motorista.

d) por dolo eventual apenas em relação aos torcedores.

e) por dolo direto de primeiro grau em relação ao presidente, segundo grau em relação ao motorista e dolo eventual em relação aos torcedores.

**29.** Felipe, após subtrair um notebook no interior de um mercado, foi detido por clientes que o amarraram em uma placa nas imediações do local. Acabou agredido violentamente por Luiz, dono do estabelecimento, que se valeu de uma barra de ferro encontrada na rua. Suzana tentou intervir, porém foi ameaçada por Luiz. Em seguida, Suzana, diante iminente perigo da vida de Felipe, correu até um posto de combustível onde estava uma viatura Policial e relatou o fato ao tenente Peçanha, que se recusou a ir até o local no qual estava Felipe,

alegando que a situação deveria ser resolvida unicamente pelos envolvidos. Marina, segurança particular do mercado, gravou a agressão e postou as imagens em rede social com a seguinte legenda: "Bandido bom é bandido morto". Felipe morreu em decorrência de trauma craniano.

a) Suzana poderá ser indiciada pela prática de crime omissivo próprio.

b) Peçanha poderá ser indiciado pela prática de crime omissivo próprio.

c) Peçanha poderá ser indiciado pela prática de crime omissivo impróprio.

d) Suzana poderá ser indiciada pela prática de crime omissivo impróprio.

e) Marina poderá ser indiciada pela prática de crime comissivo por omissão.

**30.** Edson, investigador da polícia civil, durante suas férias na fazenda, resolve treinar seus disparos de arma de fogo. Vai até um ponto no seu terreno e ali dispara contra uma cabana abandonada. O agente imaginava-se completamente sozinho e, sem querer, acerta um invasor que ali dormia, dentro da cabana. Em tese, ocorreu:

a) Discriminante putativa.

b) Causa legal de exclusão da culpabilidade.

c) Caso fortuito, ou força maior criminógena.

d) Erro de tipo.

e) Erro na execução (aberratio ictus).

**31.** Não aceitando o término do relacionamento, Débora manteve Breno por duas horas sob a mira de um revólver. Durante esse tempo, o Delegado de Polícia Márcio negociou a rendição de Débora. Aos prantos, repetia que liberaria o ex-marido, contudo efetuará disparo contra a sua cabeça, pondo fim à própria vida, pois não viveria sem seu amado. Passados mais alguns minutos, decidiu liberar Breno. Ainda transtornada e de arma em punho, dirigiu-se à saída do local onde estava

acuada pelos policiais e, inesperadamente, ao invés de se entregar, apontou o revólver aos integrantes do grupo tático, gritando que efetuaria um disparo. Nesse momento, vendo uma ameaça em Débora, pois estava prestes a atirar contra os policiais, o Delegado Moraes efetuou disparo mortal. Em seguida, ao se aproximar do corpo da vítima, verificou que a arma de Débora não estava muniada. Visando a evitar qualquer responsabilização penal, a defesa técnica de Márcio deverá suscitar que ele atuou em contexto de

- a) erro de tipo permissivo invencível.
- b) erro determinado por terceiro.
- c) erro de tipo incriminador invencível.
- d) legítima defesa própria.
- e) erro de proibição invencível.

**32.** Joaquim, lavrador, está trabalhando com uma motosserra há mais de 12 horas cortando eucaliptos em sua propriedade. Quando passa para a árvore seguinte, sofrendo pelo seu cansaço, confunde o braço de seu amigo Roberto com o tronco de uma árvore, desferindo contra ele vigoroso golpe com a motosserra, lesionando-o gravemente. Neste caso, pode-se dizer que Joaquim agiu:

- a) Em estado de erro de proibição psicologicamente condicionado;
- b) Em estado de erro de tipo permissivo;
- c) Em estado de erro de proibição indireto;
- d) Em estado de erro de tipo psicologicamente condicionado;
- e) Com dolo eventual.

**33.** Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância

a) é adotado ainda que o agente seja reincidente ou tenha cometido o mesmo gênero de delito reiteradas vezes.

b) é aplicável ao crime de roubo.

c) deve ser aplicado em casos de crime de tráfico de drogas.

d) não se adota ao crime de contrabando.

e) não se aplica ao tráfico internacional de armas de fogo, exceto em casos que se restrinjam a cápsulas de munição.

**34.** Acerca dos elementos constitutivos nos crimes culposos, assinale a alternativa correta:

- a) a não observância do dever objetivo de cuidado.
- b) o fim natural involuntário e previsível.
- c) a conduta humana dolosa.
- d) a tipicidade material.
- e) a imprevisibilidade da conduta.

**35.** Antonio, um bilionário, após uma violenta discussão em um evento beneficente, resolve matar Bruna jogando-a da cobertura do seu prédio. Bruna acaba por morrer após colidir com um helicóptero que filmava a discussão dos dois e não por colidir no solo após a queda do prédio. Diante os fatos, assinale a alternativa correta:

- a) Antonio deve responder dolosamente, já que o resultado é causa superveniente relativamente independente da conduta do autor, tendo esta produzido o resultado “por si só”. A doutrina chama a hipótese de “troca de dolo”, constituindo a situação uma mudança do objeto do dolo.
- b) Antonio deve responder culposamente, tratando-se o resultado de um desvio causal regular e previsível, incompatível com o dolo do autor (representação do resultado como ocorreu).
- c) Antonio deve responder dolosamente pela morte de Bruna, já que o resultado concreto (realização do perigo) corresponde à realização do plano do autor.

d) Antonio deve responder culposamente, já que sua conduta foi imprudente (culpa consciente). Trata-se na hipótese do chamado aberratio causae ou “culpa geral”.

e) Antonio deve responder culposamente, tratando-se o resultado corresponde à realização do plano do autor.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Guilherme Rezende

**36.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a Lei Maria da Penha, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

b) A representação será retratável ainda que oferecida a denúncia.

c) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

d) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

e) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

**37.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Oferecida ou reduzida a termo a representação, a autoridade policial procederá a inquérito, ou, não sendo competente, remetê-lo-á à autoridade que o for.

b) A representação, quando feita ao juiz ou perante este reduzida a termo, será remetida à autoridade policial para que esta proceda a inquérito.

c) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito.

d) A representação feita oralmente ou por escrito, sem assinatura devidamente autenticada do ofendido, de seu representante legal ou procurador, será reduzida a termo, perante o juiz ou autoridade policial, presente o órgão do Ministério Público, quando a este houver sido dirigida.

e) Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

**38.** Assinale a alternativa incorreta:

a) A denúncia ou queixa conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

b) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

c) A queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal.

d) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial ([art. 16](#)), contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.

e) A queixa contra qualquer dos autores do crime não obrigará ao processo de todos.

**39.** A perempção ocorre nos seguintes casos, exceto:

a) quando, iniciada a ação, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;

b) quando, falecendo o querelante, ou sobrevivendo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo, ressalvado o disposto no [art. 36](#);

c) quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais;

d) quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

e) quando o querelante adotar comportamento cordial para com o querelado.

**40.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

b) No caso de morte do acusado, o juiz somente à vista da certidão de óbito, e depois de ouvido o Ministério Público, declarará extinta a punibilidade.

c) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação privada, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

d) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

e) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.

**41.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Segundo entendimento do STJ, é de competência da justiça estadual processar e julgar crime contra funcionário público federal, estando ou não este no exercício da função.

b) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.

c) Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.

d) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.

e) Compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional.

**42.** Assinale a alternativa incorreta:

a) A competência para julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante o órgão federal será dos juízes federais da seção judiciária da localidade em que o prefeito exercer ou tiver exercido o mandato.

b) É de competência da justiça comum estadual o julgamento de contravenções penais, mesmo que conexas com crimes de competência da justiça comum federal de primeiro grau.

c) A polícia civil instaurou e concluiu o inquérito policial relativo a roubo havido em uma agência franqueada dos Correios. Encaminhados os autos à justiça estadual, o órgão do MP ofereceu denúncia contra os autores, a qual foi recebida pelo juízo competente. Nessa situação hipotética, conforme o posicionamento dos tribunais superiores acerca dos aspectos processuais que definem a competência para processar e julgar delitos, por se tratar de uma agência franqueada de uma empresa pública, a competência para o processo e o julgamento do crime será da justiça estadual. V

d) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

**2º Simulado Progressivo – Regulares para Delegado – 13/03/21**

e) Salvo ocorrência de tráfico para o Exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.

**43.** Assinale a alternativa incorreta:

a) A competência para processar e julgar crime de roubo que resulte em morte da vítima será do tribunal do júri da localidade em que ocorrer o fato criminoso.

b) Compete à Justiça Federal processar e julgar os delitos praticados por funcionário público federal, no exercício de suas funções e com estas relacionados

c) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.

d) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

e) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corrêu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

**44.** Assinale a alternativa incorreta:

a) O STF entende que a Justiça do Trabalho conserva a sua competência criminal para julgar os crimes contra a organização do trabalho.

b) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.

c) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.

d) Praticado o crime em um mandato e existindo reeleição ao mesmo cargo, verifica-se a prorrogação do foro por prerrogativa de função acaso os diferentes mandatos sejam exercidos em ordem sequencial e ininterrupta.

e) Ausente potencial e relevante prejuízo que justifique a reunião de feitos, impõe-se o desmembramento do inquérito em relação a todos os investigados que não detêm foro por prerrogativa de função, a fim de que a investigação prossiga perante a Suprema Corte tão somente em relação àquele que a possua.

**45.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Compete à justiça federal processar e julgar falso testemunho cometido no processo trabalhista.

b) Compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos.

c) Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.

d) Compete à Justiça Federal processar e julgar crimes relativos ao desvio de verbas públicas repassadas pela União aos municípios e sujeitas à prestação de contas perante órgão estadual.

e) Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

**46.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.

b) A ofensa indireta, genérica ou reflexa praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas federais não atrai a competência da Justiça Federal (art. 109, IV, da CF/88).

**2º Simulado Progressivo – Regulares para Delegado – 13/03/21**

c) A mera previsão do crime em tratado ou convenção internacional não atrai a competência da Justiça Federal, com base no art. 109, inciso V, da CF/88, sendo imprescindível que a conduta tenha ao menos potencialidade para ultrapassar os limites territoriais.

d) O fato de o delito ser praticado pela internet não atrai, automaticamente, a competência da Justiça Federal, sendo necessário demonstrar a internacionalidade da conduta ou de seus resultados.

e) As infrações investigadas pela Polícia Federal serão julgadas pela Justiça Federal.

**47.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o índio figure como autor ou vítima, desde que não haja ofensa a direitos e a cultura indígenas, o que atrai a competência da Justiça Federal.

b) O cometimento de crime por brasileiro no exterior, por si só, não atrai a competência da Justiça Federal

c) Declarações preconceituosas dirigidas a particulares participantes de fórum de discussão dentro do território nacional não atraem a competência da Justiça Federal (Constituição Federal, art. 109).

d) O crime de redução à condição análoga à de escravo [Código Penal (CP), art. 149] caracteriza-se como delito contra a organização do trabalho. Logo, atrai a competência da Justiça Federal para processá-lo e julgá-lo, nos termos do art. 109, VI, da Constituição Federal (CF).

e) Compete à Justiça Estadual processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente [Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), arts. 241, 241-A e 241-B] quando praticados por meio da rede mundial de computadores.

**48.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Em princípio, os crimes praticados contra sociedade de economia mista não se submetem à competência da Justiça Federal; entretanto, competir-lhe-á processar e

julgar ação penal referente a crime cometido contra sociedade de economia mista, quando demonstrado o interesse jurídico da União.

b) A competência é determinada pelo lugar em que se consumou a infração (art. 70 do CPP), sendo impossível a sua modificação na hipótese em que outro local seja o melhor para a formação da verdade real.

c) A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.

d) A mera previsão do crime em tratado ou convenção internacional não atrai a competência da Justiça Federal, com base no art. 109, inciso V, da CF/88, sendo imprescindível que a conduta tenha ao menos potencialidade para ultrapassar os limites territoriais.

e) O fato de o delito ser praticado pela internet não atrai, automaticamente, a competência da Justiça Federal, sendo necessário demonstrar a internacionalidade da conduta ou de seus resultados.

**49.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Inexistindo conexão probatória, não é da Justiça Federal a competência para processar e julgar crimes de competência da Justiça Estadual, ainda que os delitos tenham sido descobertos em um mesmo contexto fático.

b) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.

c) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.

d) No concurso de jurisdições da mesma categoria preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.

e) No concurso de jurisdições da mesma categoria preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais branda.

50. Assinale a alternativa incorreta:

- a) No concurso de jurisdições da mesma categoria prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.
- b) No concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação.
- c) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, mesmo no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- d) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.
- e) A unidade do processo será mantida, mesmo se sobrevier doença mental a um dos corréus.

## **LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

Alex Fadel

51. A Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84) sofreu significativas alterações pelo Pacote Anticrime (Lei n.º 13.964/2019), notadamente com relação à progressão de regime, prevista no art. 112 da LEP. À luz da legislação vigente e dos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, assinale a assertiva correta:

- a) Na nova redação da Lei de Execuções Penais, para fins de progressão de regime, não há percentual previsto para condenados por crime hediondo que sejam reincidentes não específicos. Diante disso, as 5ª e 6ª Turmas do STJ pacificaram o entendimento de que prevalece a analogia “in bonam partem”, aplicando-se a porcentagem referente aos condenados primários.
- b) Deve ser aplicado o percentual de cumprimento de 3/5 da pena para a progressão de regime, ainda que o fato tenha ocorrido depois da alteração legislativa, justamente porque a lei nova não trouxe o patamar específico para o caso de condenado por crime hediondo sem reincidência específica.
- c) Nenhum dos percentuais previstos na alteração mencionada no artigo 112 retroagirão, pois todos são prejudiciais aos condenados.

d) O apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão, exceto no caso do reincidente em crime hediondo com resultado morte, em que se presume o mau comportamento.

e) Terá direito à progressão de regime o condenado que tiver cumprido 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se for ele primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

52. Com base na Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84) e no entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA:

a) É necessária a individualização da conduta para reconhecimento de falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva, não se admitindo a sanção coletiva a todos os participantes indistintamente.

b) A imposição da falta grave ao executado em razão de conduta praticada por terceiro, quando não comprovada a autoria do reeducando, viola o princípio constitucional da intranscendência.

c) Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que, dentre outras hipóteses, incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.

d) Não comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que, dentre outras hipóteses, desobedecer os agentes penitenciários.

e) O condenado à pena restritiva de direitos que descumprir, injustificadamente, a restrição imposta, comete falta grave.

53. Sobre o regime disciplinar diferenciado, previsto no art. 52, da Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84), assinale a alternativa INCORRETA:

a) Terá duração máxima de até dois anos, sem prejuízo de repetição por nova falta grave da mesma espécie.

b) Na hipótese de haver indícios de que o preso exerce liderança em organização criminosa, ou que tenha

atuação criminosa em dois ou mais Estados da Federação, o regime disciplinar diferenciado será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal.

c) É aplicável somente aos presos nacionais condenados, não podendo ser aplicado aos presos estrangeiros e provisórios.

d) Após os primeiros seis meses de regime disciplinar diferenciado, o preso que não receber visitas poderá ter contato telefônico, que será gravado, com uma pessoa da família.

e) Também será aplicado aos presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

**54.** Acerca das autorizações de saída, à luz das disposições da Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84) e do entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa CORRETA:

a) A autorização de saída é gênero que comporta duas espécies: a permissão de saída, que somente poderá ser concedida aos condenados que cumprem pena em regime semiaberto, e a saída temporária, que poderá ser concedida aos condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e aos presos provisórios.

b) Uma das hipóteses em que poderá ser concedida a saída temporária, concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso, é o falecimento ou doença grave do irmão.

c) Mesmo que condenado pela prática de crime hediondo com resultado morte, o apenado que cumprir os requisitos autorizadores, terá direito à saída temporária.

d) Para que o condenado conquiste o direito à saída temporária, é necessário o cumprimento de, no mínimo, 1/6 da pena, se primário, e 1/3, se reincidente.

e) O STJ aceita a concessão de saída temporária automatizada de forma excepcional.

**55.** Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir e assinale a incorreta:

a) A decisão proferida pela autoridade administrativa prisional em processo administrativo disciplinar – PAD que apura o cometimento de falta grave disciplinar no âmbito da execução penal é ato administrativo, portanto, passível de controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

b) A palavra dos agentes penitenciários na apuração de falta grave é prova idônea para o convencimento do magistrado, haja vista seus atos e declarações gozarem de presunção de legitimidade e de veracidade.

c) O rol do art. 50 da Lei de Execuções Penais (Lei n. 7.210/1984), que prevê as condutas que configuram falta grave, é taxativo, não possibilitando interpretação extensiva ou complementar, a fim de acrescer ou ampliar o alcance das condutas previstas.

d) À luz das disposições da Súmula 533/STJ, o Superior Tribunal de Justiça não admite, em qualquer hipótese, o afastamento da necessidade de prévio PAD para a apuração da prática de falta grave durante o cumprimento da pena.

e) A posse de fones de ouvido no interior do presídio configura falta grave.

**56.** Sobre a remição da pena na fase de execução, assinale a alternativa correta:

a) O tempo excedido, na frequência escolar, ao limite legal de 12 horas a cada 3 dias deve ser considerado para fins de remição da pena.

b) Somente o condenado que cumpre pena em regime fechado poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

c) O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/6 (um sexto) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

d) O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar

quinzenalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência escolar, sendo prescindível a comprovação do aproveitamento escolar.

e) Constitui crime de falso reconhecimento de firma ou letra, declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remissão.

**57.** Com base nas disposições da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e nos entendimentos do STJ, assinale a alternativa incorreta:

a) Estão no âmbito de abrangência dos delitos de violência doméstica, aptas a figurarem como vítimas da ação delituosa, as esposas, as companheiras ou amantes, bem como a mãe, as filhas, as netas, a sogra, a avó, ou qualquer outra parente que mantenha vínculo familiar ou afetivo com o agressor.

b) É possível a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.

c) É inaplicável o princípio da insignificância.

d) Não é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

e) Para a configuração da violência doméstica e familiar não se exige a coabitação entre autor e vítima.

**58.** Assinale a alternativa correta:

a) Constitui crime descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. Na hipótese de o autor ser preso em flagrante, a autoridade policial poderá conceder fiança.

b) Mulheres não podem ser autoras de crimes inseridos no âmbito da Lei Maria da Penha.

c) A violência moral não é uma forma de violência doméstica e familiar contra a mulher.

d) Somente configura violência doméstica e familiar contra a mulher as ações baseadas no gênero que lhe cause morte ou lesão no âmbito da unidade doméstica, que é compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados,

unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

e) Não podem ser aplicados os benefícios da suspensão condicional do processo e da transação penal nas hipóteses de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

**59.** Com base na Lei n.º 9.296/96, assinale a opção correta:

a) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas mesmo se a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.

b) A interceptação de comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.

c) A captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial quando houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais com penas máximas superiores a quatro anos, desde que a prova não possa ser feita por outros meios disponíveis igualmente eficazes.

d) Com relação ao pedido de interceptação de comunicação telefônica, não se admite, em qualquer hipótese, que seja formulado verbalmente.

e) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas mesmo se o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

**60.** Sobre a interceptação telefônica, assinale a opção incorreta:

a) Após o deferimento do pedido de interceptação, quem conduzirá os procedimentos é a autoridade policial.

b) De acordo com a doutrina, a interceptação telefônica é meio de prova nominada.

c) A autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público para os procedimentos de interceptação telefônica.

d) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados.

a) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

## **DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**61.** Constitui ato ilícito:

a) a compra de um refrigerante em um supermercado realizada por uma criança de 12 anos;

b) a reação da vítima a um assalto resultando em um dano ao veículo do assaltante;

c) a lesão a um agressor para defender uma outra pessoa que está sendo agredida por ele;

d) o requerimento por um Delegado dos documentos de um cidadão em uma abordagem aleatória para fins de intimidação;

e) a publicação de matéria jornalística que, de alguma forma, ainda que noticiando fatos, macule a imagem de um político.

**62.** A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Quanto a isso, é correto afirmar que:

a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;

b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;

c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;

d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;

e) no caso de coação, é de dois anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar.

**63.** O prazo para o pedido de reembolso de despesas médico-hospitalares em contratos de plano e seguro de saúde é de:

a) um ano;

b) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento particular;

c) três anos, pois trata de reparação civil;

d) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento público;

e) dez anos.

**64.** Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

a) quando pender condição suspensiva;

b) quando não estiver vencido o prazo;

c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;

d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra;

**65.** O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;

- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes;
- e) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

**66.** São impenhoráveis os seguintes bens e direitos, exceto:

- a) os valores oriundos de empréstimo consignado;
- b) os valores oriundos de pensão por morte;
- c) os valores oriundos de empréstimo consignado em que o mutuário comprovar que os recursos são necessários à de sua manutenção e de sua família;
- d) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei;
- e) os valores depositados em poupança até o montante de sessenta salários-mínimos.

**67.** O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública;
- e) um ano.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**68.** Eduardo exerce a sua atividade de prestador de serviços de leitura e revisão bibliográfica como empresário individual e, alguns meses após a realização de sua inscrição perante o Registro Público de Empresas Mercantis, sofre um acidente que acarreta a sua incapacidade para os atos da vida civil. Nessa hipótese:

- a) Poderá ser autorizada judicialmente a continuação da atividade desse empresário individual.
- b) A atividade poderá continuar sendo conduzida pelo curador do empresário, independentemente de autorização judicial.
- c) Deverá ser requerido o cancelamento de sua inscrição ao juízo responsável pela declaração de sua incapacidade, pois, considerado o aspecto personalíssimo da atividade de empresário individual, esta não poderá continuar.
- d) Deverá ser requerido o cancelamento de sua inscrição diretamente na Junta Comercial, pois, considerado o aspecto personalíssimo da atividade de empresário individual, esta não poderá continuar.
- e) Haverá o cancelamento automático de sua inscrição como empresário individual.

**69.** Um grupo de pessoas físicas tem o ânimo de formar uma sociedade na qual apenas quatro delas figurem como sócias de responsabilidade ilimitada. Com relação ao nome empresarial, de acordo com o Código Civil, a sociedade operará sob

- a) denominação, que deverá designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios, bastando, para formá-la, aditar ao nome de qualquer um deles a expressão “ltda”.
- b) firma, que deverá designar o objeto da sociedade, sendo obrigatório nela figurar o nome de todos os sócios.
- c) denominação, na qual somente poderão figurar os nomes dos sócios de responsabilidade ilimitada,

bastando, para formá-la, aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.

d) denominação, na qual poderão figurar os nomes de qualquer um dos sócios, bastando, para formá-la, aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.

e) firma, na qual somente poderão figurar os nomes dos sócios de responsabilidade ilimitada, bastando, para formá-la, aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.

**70.** Assinale a assertiva em desacordo com as normas que regem o nome empresarial:

- a) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e limitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- b) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- c) A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo "cooperativa".
- d) Cabe ao prejudicado, a qualquer tempo, ação para anular a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.
- e) Nenhuma das anteriores.

## **DIREITOS HUMANOS**

Ricardo Torques

**71.** A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial foi assinada pelo Brasil em março de 1966, sendo promulgada internamente pelo Decreto nº 65.810/1968. A Convenção afirma solenemente a necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial através do mundo em todas as suas formas e manifestações e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana. Sobre a referida convenção, pode-se afirmar:

a) A expressão "discriminação racial" refere-se a qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica que, de algum modo, restrinja o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, sendo vedado ao Estado Parte realizar distinções entre cidadãos e não cidadãos.

b) Caso um Estado Parte decida por adotar medidas especiais visando assegurar progresso adequado a certos grupos raciais ou étnicos, poderá ser denunciado ao Comitê pela prática de ato discriminatório.

c) Os Estados Partes não podem condenar propagandas ou organizações que promovam ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou grupo de pessoas em observância à liberdade de pensamento e informação.

d) O Comitê será composto de 18 (dezoito) peritos conhecidos por sua alta moralidade e conhecida imparcialidade, sendo eleitos pelos Estados Membros dentre seus nacionais. A eleição dos membros ocorrerá em escrutínio secreto, sendo permitido a cada Estado designar um único candidato.

e) A Convenção admite o uso de petições individuais, devendo ser direcionadas à Corte Internacional de Justiça por pessoa ou grupo de pessoas vítimas de violações aos seus direitos humanos.

**72.** A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher busca coibir atos de distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo. Com base na convenção, assinale a alternativa correta:

a) Os Estados-Partes podem adotar medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre homens e mulheres e, como fruto de decisão discricionária, poderá manter tais normais.

b) Os Estados-Partes devem tomar medidas para modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, visando alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias baseadas na ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos.

**2º Simulado Progressivo – Regulares para Delegado – 13/03/21**

c) A Convenção assegura às mulheres o domínio sobre seu corpo, permitindo-lhes autodeterminar-se, inclusive, quanto à exploração da prostituição.

d) A Convenção prevê que os Estados outorgarão às mulheres direitos iguais aos dos homens para adquirir, mudar o conservar sua nacionalidade. No entanto, em caso de casamento com estrangeiro, haverá a modificação automática da nacionalidade da esposa.

e) O Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher será composto, inicialmente, por 15 (quinze) membros e, após sua ratificação ou adesão pelo trigésimo-quinto Estado-Parte, contará com 25 (vinte e cinco) peritos de grande prestígio moral e competência na área abarcada pela Convenção.

**73.** Assinale a alternativa em conformidade com a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes:

a) Não se considera como tortura o sofrimento decorrente de sanções legítimas ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

b) A tortura designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos dolosa ou culposamente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões.

c) Algumas situações excepcionais, a exemplo do estado de guerra, poderão ser invocadas para justificar atos de tortura.

d) A ordem de superior hierárquico ou de autoridade pública poderá ser invocada para justificar atos de tortura.

e) Como manifestação de sua soberania, os Estados poderão expulsar, devolver ou extraditar pessoas para outros Estados, ainda que haja razões substanciais para crer que elas correm perigo de serem submetidas a tortura.

**74.** A Convenção sobre o Direito das Crianças foi editada pela ONU e assinada pelo Brasil em 1989, sendo incorporada ao ordenamento jurídico pátrio em 1990.

Com base no texto aprovado, assinale a alternativa correta:

a) A convenção, assim como o ECA, estabelece a distinção entre criança e adolescente valendo-se do critério etário.

b) Os Estados Partes adotarão todas as medidas administrativas, legislativas e de outra índole com vistas à implementação imediata dos direitos reconhecidos na Convenção, inclusive dos direitos econômicos, sociais e culturais previstos.

c) Havendo conflito entre previsões da Convenção e do ordenamento jurídico interno dos Estados-Partes, deve-se aplicar a norma mais favorável à criança.

d) A criança terá direito à liberdade de expressão de forma ampla e irrestrita, podendo procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa.

e) Às crianças é vedada a participação em processo judicial ou administrativo, salvo por intermédio de um representante ou órgão apropriado.

**75.** O Brasil assinou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias em 1990, mas esta ainda pende de internacionalização no direito brasileiro. Assinale a alternativa que está em conformidade com o texto convencional:

a) A convenção é totalmente aplicável aos refugiados e aos apátridas, assim como aos estudantes e estagiários remunerados.

b) Os trabalhadores migrantes e os membros de sua família, em virtude da proteção oferecida pela convenção, não podem regressar a qualquer momento em seu Estado de origem.

c) Caso migrem para um Estado que adote uma religião oficial, os trabalhadores migrantes devem adotar a religião dominante na região.

d) Não há óbice algum para que um trabalhador migrante detido num Estado de trânsito ou num Estado

de emprego, seja mantido junto das pessoas presas preventivamente.

e) Os trabalhadores migrantes e os membros da sua família têm os mesmos direitos, perante os tribunais, que os nacionais do Estado interessado.

**76.** O Decreto nº 6.949/2009 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e define:

a) "comunicação" como as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada.

b) princípios gerais como o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, a não-discriminação, a plena e efetiva participação na sociedade, mas não se refere às crianças com deficiência.

c) que os direitos econômicos, sociais, culturais das pessoas com deficiência devem ser implementados de forma imediata, podendo contar, se necessário, com a cooperação internacional.

d) que serão consideradas discriminatórias as medidas específicas adotadas para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência.

e) mulheres e meninas com deficiência como sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, assim, os Estados tomarão medidas para assegurar-lhes o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

**77.** O genocídio diz respeito à destruição metódica de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, sendo considerado um crime *jus cogens*, ou seja, constitui crime a ser adotado por toda a comunidade internacional, independentemente de ter ou não assinado a Convenção contra o Genocídio. Considerando a convenção, assinale a alternativa correta:

a) Não é admitida a prática de genocídio, quer em tempo de paz ou em tempo de guerra, por tratar-se de um crime contra o direito internacional, cabendo aos Estados prevenirem e punirem tal conduta.

b) A transferência forçada de crianças de um grupo para outro, quando sabidamente conflitantes, constitui forte lesão aos direitos humanos, mas não caracteriza genocídio.

c) A convenção prevê expressamente a punição do genocídio e da associação de pessoas para tal finalidade, mas não pune a mera tentativa de genocídio.

d) A prática de genocídio, como um ato político, só pode ser atribuída a governistas e funcionários.

e) O genocídio é considerado um crime político e, por isso, pode ser concedido asilo ao indivíduo que esteja sendo acusado da prática desse crime.

**78.** Considera-se refugiado, em termos gerais, o indivíduo que devido a fundados temores de perseguição racial, religiosa ou política encontra-se fora de seu país de origem e não pode ou não quer acolher-se à proteção de tal país. Com base no Estatuto dos Refugiados, pode-se afirmar:

a) O apátrida não é considerado como refugiado pois não tem nacionalidade.

b) Os efeitos da condição de refugiado são extensivos ao cônjuge e aos descendentes, não abrangendo os ascendentes ou demais membros do grupo familiar.

c) Poderá ser considerado refugiado o indivíduo que cometeu crime hediondo.

d) Em hipótese alguma será efetuada a deportação do indivíduo para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

e) O ingresso irregular no território nacional constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes.

**79.** O Decreto nº 4.388/2002 promulgou o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, sendo este uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional. Sobre o TPI, assinale a alternativa correta:

**2º Simulado Progressivo – Regulares para Delegado – 13/03/21**

a) O Tribunal terá personalidade jurídica internacional, gozando da capacidade necessária para o desempenho das suas funções e à prossecução de seus objetivos. O Tribunal poderá exercer seus poderes indiscriminadamente no território de qualquer Estado, signatário ou não do Estatuto.

b) Para que o Tribunal possa exercer sua competência em relação ao crime de agressão, exige-se que seja aprovada uma disposição que defina o crime e enuncie as condições em que o TPI terá competência para tal.

c) Para a configuração do crime contra a humanidade, exige-se que o ataque contra qualquer população civil seja realizado de forma sistemática.

d) O Tribunal Penal Internacional poderá julgar crimes cometidos antes e após a entrada em vigor do Estatuto.

e) A denúncia realizada por Estado Parte ao Procurador só será admitida quando presentes provas da autoria e materialidade de crimes da competência do Tribunal.

**80.** Assinale a alternativa em conformidade com a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado:

a) Determinadas situações excepcionais, a exemplo de guerras e instabilidades políticas internas, podem ser invocadas como justificativa para o desaparecimento forçado.

b) Para que seja configurado o desaparecimento forçado basta que haja a autorização, apoio ou aquiescência do Estado em relação à prisão, detenção ou sequestro de pessoas contrárias ao governo.

c) A prática generalizada ou sistemática de desaparecimento forçado constitui crime contra a humanidade, tal como define o direito internacional aplicável.

d) Considera-se como vítima toda pessoa desaparecida e todo indivíduo que tiver sofrido dano como resultado direto de um desaparecimento forçado. As vítimas têm direito a obter reparação a título de danos morais, mas não danos materiais.

e) O Comitê será composto por 15 (quinze) peritos de elevado caráter moral e de reconhecida competência em

matéria de direitos humanos, que atuarão em sua própria capacidade, com independência e imparcialidade.

---

**DIREITO AMBIENTAL**

Luiz Carlos Oliveira

**81.** O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não tem como característica essencial a(o):

a) transindividualidade

b) imprescritibilidade

c) difusibilidade

d) determinabilidade de seus beneficiários

e) indivisibilidade

**82.** O Direito Ambiental está alicerçado em princípios fundamentais que servem de normas protetivas na defesa do meio ambiente. Um deles, busca evitar que o dano possa se concretizar, tendo por base uma certeza científica dos impactos ambientais produzidos por determinada atividade. Esse princípio contempla os riscos certos, conhecidos pelo *expert* na área da atividade. O texto refere-se ao princípio do(a):

a) prevenção

b) precaução

c) desenvolvimento sustentável

d) equidade intergeracional

e) solidariedade

**83.** A responsabilidade civil por danos acarretados ao meio ambiente, segundo posicionamento do Superior Tribunal de Justiça é:

a) subjetiva, baseada na teoria do risco integral.

b) objetiva, lastreada na teoria do risco integral.

c) objetiva, baseada na teoria do risco administrativo.

**2º Simulado Progressivo – Regulares para Delegado – 13/03/21**

d) subjetiva, independentemente da análise do elemento subjetivo do tipo.

e) subjetiva, devendo ficar comprovado o dolo ou a culpa do infrator quanto ao dano perpetrado.

**84.** O espaço territorial especialmente protegido que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, é um(a):

- a) Parque Estadual, do grupo de proteção integral.
- b) Parque Nacional, do grupo de uso sustentável.
- c) Reserva Biológica, do grupo de uso sustentável.
- d) Área de Proteção Ambiental, do grupo de uso sustentável.
- e) Reserva de Desenvolvimento Sustentável, do grupo de uso sustentável.

**85.** Nos termos do Código Florestal (Lei 12.651/2012) e tendo como pano de fundo o regime jurídico da área de reserva legal, é correto afirmar que:

- a) a reserva legal é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- b) o proprietário ou possuidor de imóvel com Reserva Legal conservada e inscrita no Cadastro Ambiental Rural - CAR, cuja área ultrapasse o mínimo exigido por Lei, poderá utilizar a área excedente para fins de constituição de servidão ambiental.
- c) é de 20% a reserva legal para um imóvel urbano localizado no Estado do Rio Grande do Sul.
- d) será exigido reserva legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.

e) é vedada a instituição de reserva legal em regime de condomínio entre propriedades rurais.

**86.** Em relação às pretensões reparatorias de danos acarretados ao meio ambiente, o Supremo Tribunal Federal entende que são:

- a) prescritíveis, com prazo de 2 anos.
- b) prescritíveis, com prazo quinquenal.
- c) prescritíveis, com prazo decenal.
- d) prescritíveis, mas o prazo prescricional depende da natureza do bem ambiental
- e) imprescritíveis

**87.** No que tange a responsabilidade criminal por danos acarretados ao meio ambiente, a conduta de praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais constitui crime previsto na Lei 9.605/98. Quanto ao tipo penal, é correto afirmar que:

- a) não abrange animais domesticados.
- b) deve ter pena aumentada de um sexto a um terço se o animal for cão.
- c) torna-se um crime qualificado se o animal for gato.
- d) a pena é aumentada de metade, se ocorre morte do animal.
- e) não abrange animais exóticos.

---

**MEDICINA LEGAL**

Paulo Bilynskyj

**88.** Nos termos do Código de Processo Penal, a autópsia deve ser feita:

- a) Em até seis horas após o óbito, podendo ser prorrogada.
- b) Pelo menos oito horas após o óbito, podendo ser antecipada.
- c) Em até oito horas após o óbito, podendo ser prorrogada.

- d) Pelo menos seis horas após o óbito, podendo ser antecipada.
- e) Pelo menos doze horas após o óbito, podendo ser antecipada.

**89.** São características comuns das lesões incisas, **exceto**:

- a) Sangramento abundante.
- b) Bordas regulares.
- c) Presença de vestígios traumáticos em torno da lesão.
- d) Predominância da extensão em relação à profundidade.
- e) Presença de cauda de escoriação.

**90.** O Sinal de Chambert é encontrado nas:

- a) queimaduras 4º grau.
- b) queimaduras de 2º grau.
- c) lesões produzidas por energia elétrica natural.
- d) queimaduras de 1º grau.
- e) lesões produzidas por energia elétrica industrial.

**91.** É característica geralmente presente no sulco produzido pelo enforcamento:

- a) horizontalizado.
- b) profundidade uniforme.
- c) múltiplo.
- d) sobre a laringe.
- e) descontínuo.

**92.** É considerado um fenômeno transformativo destrutivo:

- a) maceração.

- b) mumificação.
- c) calcificação.
- d) corificação.
- e) saponificação.

**93.** Dentre as drogas apontadas abaixo, temos como exemplo de droga psicodisléptica a:

- a) cocaína.
- b) maconha.
- c) morfina.
- d) merla.
- e) heroína.

## **CRIMINOLOGIA**

Flávio Milhomem

**94.** Segundos os estudos da Vitimologia, o sofrimento da vítima não se limita ao episódio criminoso traumático por ela suportado, alcançando outras fases que podem agravar ainda mais o seu sofrimento. O tema foi sistematizado por meio dos chamados processos de vitimização. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) A Vitimização Primária decorre, por exemplo, da omissão de familiares e amigos em amparar a vítima após ter sofrido as consequências nefastas do crime.
- b) A Sobrevitimização decorre do próprio Sistema de Justiça Criminal. Trata-se do constrangimento suportado pela vítima diante dos procedimentos regulares (ou irregulares) das instâncias formais de controle social (polícias, ministério público, poder judiciário, etc.).
- c) A Vitimização Terciária ocorre no momento em que a vítima sofre diretamente os impactos da conduta criminosa do delinquente, como no caso do momento do estupro.
- d) A Vitimização Quaternária ocorre quando familiares e amigos sofrem ao saber que algum ente próximo foi vítima de assalto.

**2º Simulado Progressivo – Regulares para Delegado – 13/03/21**

e) O dano moral suportado por vítima de calúnia, difamação ou injúria caracteriza a chamada vitimização indireta.

**95.** Sobre as etapas histórico-evolutivas da Criminologia, assinale a alternativa incorreta:

a) A Escola Retribucionista (também chamada de Escola Clássica) se funda em duas premissas básicas: o jusnaturalismo e o contratualismo.

b) A Escola Positivista passou por três grandes fases: antropológica, com os estudos de Cesare Lombroso, Sociológica, com os trabalhos de Enrico Ferri e Jurídica com Raffaele Garofalo.

c) Cesare Lombroso, expoente do Positivismo, é lembrado por ser o pai da criminologia científica por meio da obra “O Homem Delinquente”.

d) A Escola Clássica se valia do método indutivo-experimental para investigar a Criminogênese.

e) Foram defensores da Escola Clássica Marquês de Beccaria e Francesco Carrara.

**96.** Sobre as características da Criminologia enquanto ciência, assinale a alternativa correta

a) A Criminologia se vale do método lógico-dedutivo, na medida em que parte dos princípios gerais do direito para só então aplicar conclusões de forma generalizada em casos concretos.

b) Os objetos de estudo da Criminologia atual é a vítima, o controle social, a pena e o crime.

c) Uma das características que mais se destaca na moderna Criminologia é a progressiva ampliação e problematização do seu objeto.

d) Para a Criminologia moderna, o crime é um problema puramente filosófico.

e) A criminologia caracteriza-se por ser uma ciência normativa e unidisciplinar.

**97.** Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinquente, restando excluídos a vítima e a sociedade.

b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.

c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.

d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.

e) O modelo restaurador de reação ao delito intervém na vida e pessoa do delinquente. Praticando o delito estará sujeito a uma punição, cuja finalidade não se limita ao castigo, indo mais longe, pois procura a reinserção social. Desta maneira, a participação da sociedade é muito importante nesse processo de forma a prevenir e afastar estigmas.

**98.** Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.

II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.

**2º Simulado Progressivo – Regulares para Delegado – 13/03/21**

III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos. Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) Somente a alternativa I é verdadeira.

**99.** As Teorias do Consenso defendem que, as pessoas que vivem em sociedade, aceitam as normas vigentes, já que compartilham de objetivos comuns. Assinale a alternativa que contempla as espécies de teorias criminológicas de base sociológicas do consenso:

- a) Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura delinquente e a teoria do etiquetamento.
- b) Escola de Chicago, teoria da subcultura delinquente, teoria de associação diferencial, teoria da anomia, teoria crítica.
- c) Teoria da associação diferencial, teoria crítica e teoria do etiquetamento.
- d) Teoria da subcultura delinquente, teoria da anomia, teoria de associação diferencial e Escola de Chicago.
- e) Teoria crítica e teoria do etiquetamento.

**100.** A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos

ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico. O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

- a) Teoria da Associação Diferencial.
- b) Escola de Chicago.
- c) Teorias da Anomia.
- d) Teoria do Labelling Approach.
- e) Teoria da Subcultura Delinquente.

## Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Regulares-Delegado-13-03>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---